

## A resistência do jornal *A Semana* a partir do caso dos jovens desaparecidos de Divinópolis, Minas Gerais (1982-1985)

The resistance of the newspaper *A Semana* based on the case of missing young people from Divinópolis, Minas Gerais (1982-1985)

**Denise Silva e Souza**

Graduanda em História  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
desilvasouza38@gmail.com

**Rafaela Guimarães Pereira**

Graduanda em História  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
raguimaraesp@hotmail.com

**Douglas Souza Angeli**

Doutor em História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
douglas.angeli@uemg.br

**Recebido em:** 22/11/2020

**Aprovado em:** 13/01/2021

**Resumo:** O presente artigo visa analisar a posição resistente do jornal de Divinópolis (MG) *A Semana* quando, em meio à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) pressiona as autoridades, por meio de publicações contínuas, para a resolução do caso de três jovens desaparecidos da Delegacia de Polícia local, em 1982. A situação se torna intolerável no momento em que os anos se passaram e o caso continuou sem solução. Portanto, percebe-se, através do conteúdo veiculado pelo semanário, uma forma de resistir e criticar à opressão e o regime a partir de suas próprias edições.

**Palavras-chave:** Resistência jornalística; Ditadura Civil-Militar; *A Semana*.

**Abstract:** This article aims to analyze the position of resistance of the newspaper of Divinópolis (MG) *A Semana* when, in the midst of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) pressures the authorities, through continuous publications, to solve the case of three young people disappeared from the local police station in 1982. The situation becomes unbearable at a time when the years have passed and the case remains unsolved. Therefore, it is

perceived, through the content conveyed by the weekly, a way to resist and criticize oppression and the regime from its own editions.

**Keywords:** Journalistic resistance; Civil-Military Dictatorship; The Week.

## Introdução

A Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) iniciou-se com o golpe de 31 de março de 1964, apoiado por diversos setores conservadores da sociedade, aos quais se soma uma notável parcela da grande imprensa. Mesmo com censura e resistência de vários jornais do país, alguns jornalistas, inclusive, fizeram parte do aparelho burocrático da censura ou a apoiavam<sup>1</sup>. Destarte, foi um período marcado por presidentes autoritários e antidemocráticos que, com a justificativa do combate ao comunismo e à subversão, utilizaram de opressão, censura, tortura, desaparecimentos e demais meios violentos para se consolidarem no poder.

Ao abordar os efeitos da deposição de João Goulart no município de Divinópolis, interior de Minas Gerais, Renato João de Souza (2015) ressalta que a cidade se destacava no centro-oeste mineiro devido ao seu fervor econômico e cultural, ainda na década de 60. Dessa forma, a mesma chamou atenção do governo militar, que tentou acabar com movimentos de esquerda e oposição em Divinópolis na vigência do regime, causando prisões, mortes, tortura e, sobretudo, medo como forma de controle das massas<sup>2</sup>. Percebe-se, portanto, que mesmo sendo uma cidade interiorana, Divinópolis também sentiu os efeitos da ditadura logo em seu início, condizendo com as características a nível nacional<sup>3</sup>.

Durante este período de agitação política e social, vários jornais divinopolitanos circulavam na cidade e, muitas vezes, suas notícias eram carregadas de caráter político e posições sociais bem definidas. Corgozinho, Pires e Catão (2015, p. 269), ao discorrem sobre o período da ditadura no município, assim como organizações sociais e jornalísticas da época, salientam que as concordâncias ou discordâncias da mídia divinopolitana ficam evidentes a partir do momento em que se observa quais, e como, as notícias são veiculadas. Para Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) o historiador deve romper com a ideia de que periódicos são menos confiáveis, pois todos os registros utilizados como fonte pelos historiadores possuem sua

---

<sup>1</sup> Esses personagens colaboradores e/ou simpatizantes do Estado Autoritário são estudados por Beatriz Kushnir (2001) em *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*.

<sup>2</sup> Souza (2015) aponta que no dia 01 de março de 1964 o líder do Partido Comunista de Divinópolis foi baleado em sua casa e faleceu no mesmo dia. Além disso o autor aponta a tortura e prisão de Celso Aquino e Aristides Salgado.

<sup>3</sup> Élio Gaspari (2002) ao analisar os primeiros meses após março de 1964 afirma que a embaixada americana afirmou que, no decorrer de poucas semanas após o golpe, cerca de 5 mil pessoas foram presas.

própria subjetividade. Além disso, o uso da imprensa tem sido mais recorrente nas produções historiográficas brasileiras, pois, assim como aponta Tania Regina de Luca (2011), os periódicos podem contribuir de forma muito intensa na compreensão de passados mais recentes, assim como possibilitam estudos dos mais variados temas e recortes.

O jornal *A Semana*, por sua vez, começou a ser produzido em 1943 e era publicado pela Paróquia de Divinópolis e distribuído internamente entre os franciscanos, mas, a partir do ano de 1946 as edições do jornal passaram a ser comercializadas livremente (CORGOZINHO; PIRES; CATÃO, 2015). Nesse contexto, os autores divinopolitanos Leonardo Lucas Pereira, Erivelta Diniz Duarte, Anderson Cardoso de Oliveira (2015) desenvolveram um estudo mais aprofundado sobre a relação entre os jornais franciscanos da cidade e a ditadura, e apontam que no mês de abril de 1984 o semanário passou a ser dirigido pelas suas três novas proprietárias: Maria Cândida Guimarães Aguiar, Maria Eloísa Antunes e Maria Aparecida Carvalho Carrilho<sup>4</sup>. Essas mulheres se engajaram politicamente e é notável no decorrer dos exemplares analisados alguns textos de oposição e crítica à ditadura, a repressão e violência policial e defesa da liberdade de expressão produzidos por elas.

São as edições entre os anos de 1982 e 1985 que foram selecionadas para análise nesta pesquisa e, mais especificamente, aquelas que abordam o desaparecimento dos três jovens: Jorge Amaro, Adilson Meira e Gilberto Carlos, que estavam presos na Delegacia de Polícia de Divinópolis, onde foram vistos com vida pela última vez. Durante três anos consecutivos, de 1983 a 1985, o semanário publicou majoritariamente em sua capa, a cobrança por respostas sobre o desaparecimento. Infelizmente, a partir das fontes não se obteve informações sobre o motivo da prisão dos jovens, mas, é certo afirmar que desapareceram antes de serem julgados<sup>5</sup>.

O acontecido é datado de 1982, mas, nos jornais analisados de tal ano não é possível identificar o exemplar que o notifica, ou se o mesmo foi notificado naquele ano. Contudo, passados aproximadamente doze meses, o caso continuou sem solução e as investigações

---

<sup>4</sup> Maria Cândida Guimarães Aguiar nasceu na cidade de Nova Serrana, Minas Gerais. Formou-se em filosofia e pedagogia pela atual Universidade do Estado de Minas Gerais. É também jornalista, tendo feito parte de forma voluntária de diversos periódicos, apesar de não ser formada para essa profissão. Na entrevista, da qual foram retiradas as informações apresentadas nessa nota, concedida a Crisliellen Sousa, Laryssa Costa e Maria Luiza Lopes (2017), Maria Cândida mostra se entender como uma mulher crítica em sua forma de escrita e contrária à censura. Sobre Maria Eloísa Antunes e Maria Aparecida Carvalho Carrilho não foi possível até a finalização desse artigo, encontrar mais referências bibliográficas com informações sobre as mesmas.

<sup>5</sup> A edição do *A Semana* do dia 11 de fevereiro de 1984 traz a seguinte frase junto a foto dos desaparecidos: “Antes de serem delinquentes são pessoas humanas, com direito a julgamento. É o que queremos para eles ou para seus eliminadores?” (OS DESAPARECIDOS, 1984, capa). Através disso, é possível afirmar que os rapazes não chegaram e ser julgados.

paralisadas. A primeira edição identificada ao retratar o caso, é datada de 20 de agosto de 1983. Sua folha de rosto conta com a fotografia dos desaparecidos e a frase “Quem dá notícia destes três desaparecidos?” (QUEM dá notícia..., 1983, capa). Além disso, ao final da matéria o *A Semana* afirma que irá notificar o andamento das investigações semanalmente, desenvolvendo uma característica investigativa que procura por respostas incessantemente.

A partir desses elementos, o presente artigo busca responder à seguinte questão: “a ação de cobrança do jornal também é uma forma de resistência?”. A escolha do *A Semana* em específico, se justifica pelo fato de que se trata de um jornal divinopolitano que, por ter sido publicado semanalmente, apresenta informações recorrentes do município. Portanto o estudo da resistência por meio de um jornal no interior de Minas Gerais se torna importante devido ao fato de abordar uma história regional, que para Janaina Amado (1990) contribui para o entendimento da história nacional, porém a partir de outras perspectivas. Por esta razão, tal abordagem apresenta um lado ainda pouco estudado no âmbito da historiografia, mas que também contribui para o estudo da história da ditadura no país como um todo. Já a opção por analisar o período entre 1982 e 1985 se explica por ter o caso de desaparecimento dos rapazes de Divinópolis ocorrido no ano de 1982, – momento em que já ocorria a abertura política - enquanto que as análises se limitam a 1985 por ter, naquele ano, sido finalizado o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

### **Quem dá notícia destes três desaparecidos?**

O período ditatorial possuiu diferentes presidentes e diferentes momentos de repressão, alguns mais intensos que outros. A partir do *Relatório Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais* é possível compreender que os desaparecimentos e mortes eram comuns na ditadura, já que reprimir e eliminar quem se opusesse ao governo se tratava de uma política de Estado (MINAS GERAIS, 2017). Nesse mesmo contexto, a autora Caroline Silveira Bauer (2014), ao analisar a repressão ditatorial e os desaparecimentos tanto no Brasil, quanto na Argentina, aponta que tal ação se justifica pela tentativa da instauração do medo como estratégia governamental. Aproximadamente 90 mil pessoas desapareceram durante as ditaduras latino-americanas somando-se Brasil, Chile, Uruguai e Argentina.

A repressão política [...] emanava do coração do regime e tinha uma nova qualidade. Não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares (GASPARI, 2002, p. 137).

O contexto de Divinópolis no mesmo período não é diferente, Souza (2015) faz ressalvas sobre o medo que a população da cidade possuía em relação ao regime, que se revelava em diversas instâncias, seja o temor de demissões, tortura, prisões ou até mesmo por desdobramentos na vida de seus familiares. Mas, esse sentimento não se configurava como ilusão da população, pois o município também foi alvo das perseguições e prisões em grande medida. Hannah Arendt (1989, p. 517) em *Origens do Totalitarismo* sublinha que “o terror é a essência do domínio autoritário”. Dessa forma, o medo era um sentimento compartilhado em todo o Brasil, mesmo que sentido em intensidades e formas diferentes.

Os desaparecimentos também se tornaram uma realidade no interior de Minas Gerais, o caso dos três jovens desaparecidos sob tutela da Delegacia Regional de Divinópolis causou indignação e ganhou a capa de diversas edições do semanário *A Semana* circulantes no período. O desaparecimento é datado de 1982, ou seja, a Lei da Anistia já havia sido promulgada, em 1979, e o AI-5<sup>6</sup> não estava mais em vigor. O autor Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007) considera que durante os últimos anos da década de 1970 e os anos de 1980, toda a América Latina sentiu os efeitos de intensas movimentações que clamavam por redemocratização. Soma-se, ainda, amplos movimentos sociais que solicitavam a anistia, Diretas Já e a volta daqueles que foram exilados pelo regime (SILVA, 2007). A oposição e as críticas à ditadura militar nos periódicos começaram a ser mais expressivas, em um momento em que a repressão sobre as diferentes mídias já não fazia tanto efeito quanto antes, já que, como destaca Amílcar Alexandre Oliveira da Rosa (2020) o fim do AI-5 marcou também o fim da censura aos jornais. Fato que permitiu a abertura para que diversos jornais publicassem incessantemente variados casos de desaparecidos no período do regime militar (LAPA; CABRAL, 1979).

Mesmo com a mudança do cenário e contestações e movimentos que inclinavam para a distensão, os militares ainda detinham o poder de torturar e matar. A partir desse pressuposto destaca-se que o desaparecimento dos jovens da Delegacia de Polícia não é um acontecimento único em todo o país, pois apesar dos ventos de mudança, o regime ainda era responsável pela repressão. O que justifica também uma posição, apesar de bem clara, cautelosa do jornal, uma característica adotada por diversos meios de comunicação no período em decorrência da ainda presente violência (ROSA, 2020).

---

<sup>6</sup> Ato Institucional que marcou o período de maior repressão por parte do Estado e instaurou a censura.

Ressalta-se ainda que o desaparecimento de Jorge, Adilson e Gilberto esteve nas capas – que para Luca (2011) é um local de destaque para periódicos semanais, como é o caso do *A Semana* – do semanário aqui estudado, porque o tempo passou e não foi dada continuidade às investigações, não se descobriu o responsável pelos desaparecimentos. Muito menos se soube onde estariam os jovens. Afinal, como o sequestro foi uma tática de detenção e promoção do terror nas ditaduras do Cone Sul, era fundamental, para o Estado, que a identidade dos executores ficasse no anonimato (BAUER, 2014). Em *História, política e mídia no Brasil em redemocratização*, Reinaldo Lindolfo Lohn (2016) complementa a informação anterior ao indicar que o não julgamento dos militares responsáveis pelas atrocidades no período, é o maior legado deixado pela ditadura.

Frente a essa situação, em tentativas de contestação do regime e busca por respostas e justiça, o jornal *A Semana* desempenha um papel tanto jornalístico quanto investigativo. Percebe-se portanto que, como a nível nacional, em Divinópolis o momento após a Anistia foi marcado pelos questionamentos dos desaparecimentos, que extrapolaram os limites familiares, convertendo-se numa “campanha nacional” (LAPA; CABRAL, 1979, p. 21). Assim, na edição de 29 de outubro de 1983, além de reportar que foi solicitada uma equipe de solução de homicídios para acompanhar o caso dos desaparecidos, o editorial contata diversos responsáveis pelo assunto que provavelmente dariam informações sobre o andamento do processo, mas foi em vão. Ainda foram questionadas as justificativas dadas para a paralisação das investigações que seria, inicialmente, a falta de verba (DESAPARECIDOS..., 1983, capa).

As tentativas de estabelecer o esquecimento, abordadas por Silva (2007) como uma tática contra a democracia são comuns, assim como as já pontuadas possibilidades de impunidades dos torturadores. Ademais, quando o regime militar não fazia questão de solucionar casos como estes, Bauer (2014) supõe que deixava-se evidente o reconhecimento da morte das pessoas desaparecidas. Esta situação fica clara na edição de 5 de novembro de 1983, quando o jornal reporta que um dos jovens, Jorge Amaro, até então desaparecido “apareceu carbonizado e amarrado, pés e mãos, com arame”, portanto com indícios de tortura (OS DESAPARECIDOS..., 1983, capa). Tal descoberta muda os rumos das futuras edições do semanário, até porque os outros dois jovens ainda não tinham sido encontrados, deixando o editorial ainda mais disposto a denunciar e cobrar, pontuando sempre singelas críticas ao regime.

A edição de 17 de dezembro de 1983, por exemplo, aparece com uma forma mais apelativa de se expressar. A notícia dos jovens é colocada no topo da primeira página do jornal,

acima de qualquer outra reportagem. Além disso se apresenta mais chamativa, contendo a foto dos três jovens com as seguintes informações:

Em S. Paulo, há uma semana, este homem esmagou uma jovem como se esmaga uma barata. Ele já foi localizado para inquérito e julgamento. Em Divinópolis, há um ano, estes homens esmagaram três jovens como se esmagam ratos. Não foram localizados até hoje (CUIDADO..., 1983, capa).

A forma de abordagem do leitor nesta edição, que se repete em outras, faz uma comparação tanto de Divinópolis com outras cidades, quanto do Brasil com outros países, como a Argentina por exemplo<sup>7</sup>. Acredita-se que tal método comparativo teve por objetivo causar a indignação dos leitores em relação ao que o jornal colocava como absurdo, a fim de convencê-los para que também buscassem respostas. Ou seja era uma tentativa de formação de opinião, e os jornais possuem grande responsabilidade no que tange à construção de um pensamento crítico, adiciona-se ainda o fato de que, como ressalta Luca (2011), o século XX foi marcado por um processo de modernização na produção de periódicos, fazendo com que localidades distantes conseguissem também ter acesso ao conteúdo. Tanto em decorrência do barateamento, quanto da maior velocidade do transporte. Ademais, para Reinaldo Lohn (2016) no período de abertura política, a imprensa assegurou o posicionamento público das massas em um contexto que, para o autor, os leitores ganhavam o título de opinião pública. E o *A Semana* usa desta perspectiva para fazer seu apelo.

Ainda na mesma edição, abaixo da inscrição citada, há uma frase com a letra maior e mais chamativa: “Cuidado: se o crime compensa, amanhã o esmagado ou o esmagador (qual o pior?) pode ser você, ou seu filho ou o seu irmão”, deixando evidente que o desaparecimento sem respostas também é um crime (CUIDADO..., 1983, capa). A partir dessa perspectiva, Élio Gaspari (2002) no livro *A ditadura envergonhada* analisa uma posição parecida a do semanário *A Semana*, mas se trata do jornal *Correio da Manhã*, e bem no início do período militar. Este fez publicações veementes sobre as torturas como forma de denúncia, e possuiu repercussão até no governo repressor. Dessa forma, considera-se que o *A Semana*, assim como o *Correio da Manhã*, buscava divulgar os desaparecimentos e morte não apenas como uma forma de encontrar o responsável, mas também como “uma pressão sobre o governo para que rompesse a silenciosa

---

<sup>7</sup> Em 4 de fevereiro de 1984 o semanário traz o questionamento, precedido também por uma comparação: “Na Argentina, começaram a aparecer os desaparecidos e seus eliminadores. E aqui em Divinópolis: até quando durará esta vergonha?” (OS DESAPARECIDOS, 1984, capa). Tal afirmação crítica tanto o descaso para com o caso divinopolitano, quanto a ditadura brasileira. Visto que a Argentina em 1983 já estava passando por um processo de abertura política e, no Brasil, já era o ano de 1984 e a redemocratização era apenas um projeto.

cumplicidade que oferecia ao crime” (GASPARI, 2002, p. 146). Além disso, para Daniel Aarão Reis (2010) alguns jornalistas, junto a políticos e eclesiásticos, sempre usaram da coragem para fazer oposição ao regime, enquanto ele durou.

Quando se completou aproximadamente um ano sem respostas sobre o paradeiro dos outros dois jovens, ou do (s) responsável (eis) pelo desaparecimento dos mesmos, a publicação do *A Semana* da véspera do Natal de 1983 abordou o público fazendo uma relação entre a indignação que o caso provoca e a moral cristã. Ao fazer uma reflexão sobre as conexões entre imaginário social e o poder, Bronislaw Baczko (1985) considera que a mentalidade coletiva é um espaço de disputas e conflitos, e, para o autor, momentos de crise – como a década analisada – há a intensificação de imaginários que contrapõe, de alguma forma, o poder vigente. Como é o caso do semanário analisado, que visa tocar seu leitor a partir da veiculação não só de informações, mas também de símbolos:

Os sinos de Natal dobram por delinquentes como estes sem direito a um julgamento. Os sinos de Natal dobram pelas angustiadas mães destes homens desaparecidos. Os sinos de Natal dobram por uma Comunidade que se debate insegura entre criminosos (SEM TÍTULO, 1983, capa).

Como o *A Semana* se trata de um semanário de origem católica, apresenta o questionamento da falta de respostas e o relaciona com uma festa tradicionalmente cristã, o Natal, e evoca as mães dos desaparecidos em um momento em que a imagem de Maria, mãe de Jesus, é associada diretamente. Ademais usa-se a expressão “delinquentes”, não desconsiderando que os jovens poderiam ser também criminosos, já que estavam sob custódia da Delegacia Regional de Divinópolis quando desapareceram. Tal qual se observa, os símbolos são muito utilizados e, assim como menciona Baczko (1985), a persuasão dos imaginários coletivos está relacionada à sua veiculação, portanto os meios de comunicação em massa são essenciais. Para o autor quando “uma coletividade se sente agredida pelo seu exterior [...] ela põe em marcha, com meio de autodefesa, todo seu dispositivo imaginário, a fim de mobilizar as energias dos seus membros, unindo e guiando suas ações” (BACZKO, 1985, p. 310). E esse ponto é facilmente percebido no momento em que o semanário faz diversas alusões relacionadas a fé católica a fim de, sobretudo, convencer o público leitor e até viabilizar sentimentos como misericórdia, comoção e/ou indignação.

Das fontes analisadas, aquelas a partir de 1984 possuem, geralmente, o mesmo caráter. Sempre no topo da folha inicial, com a foto dos três jovens e com uma frase ou pequeno texto relacionados ao caso. Textos esses que variam entre questionamentos ou trechos de falas de

importantes membros da Igreja Católica. Neste momento o *A Semana* se posiciona não só em relação ao caso, mas também ao regime, fazendo outras denúncias que envolvem os abusos policiais e situações carcerárias. Ao folhear o jornal não é difícil encontrar charges ou tirinhas que dão dicas de como reagir a uma violência policial, ou até mesmo notícias de cidadãos sendo vítimas dos agentes militares nos bairros divinopolitanos. Em alguns momentos essas notícias até compartilham a capa do semanário junto à questão dos jovens.

Na edição de 04 de fevereiro de 1984, o jornal reporta que as apurações sobre os desaparecimentos dos jovens poderiam começar, visto que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) de Divinópolis estaria agindo para isso (OS DESAPARECIDOS..., 1984, capa). Em 11 de fevereiro o semanário retoma dizendo que as apurações começaram e que a CDH e o próprio jornal estariam empenhados em noticiar a população sobre o andamento do processo (OS DESAPARECIDOS..., 1984, capa). Porém, observa-se nas próximas edições que, mesmo com tais esforços, o caso continuou sem solução. A partir da análise destes desaparecimentos em específico, é visível as articulações da estrutura do governo opressor para mascarar a repressão de todas as formas, seja nas grandes capitais, ou pequenas cidades interioranas. Como sustenta Gaspari (2002), pelo fato de os governantes da época não considerarem a tortura como uma pauta da luta dos direitos humanos, quem a denunciasse e a confirmasse estaria, conseqüentemente, atacando o regime.

Esta é uma característica marcante da ditadura militar, sobretudo porque o Estado autoritário era responsável pelos desaparecimentos, então fazia questão de que tais casos não fossem resolvidos (LAPA; CABRAL, 1979). Tanto que, em várias reportagens do *A Semana* nota-se como o inquérito passa de um órgão a outro, de uma pessoa responsável a outra e ninguém é capaz de solucioná-lo. Essa situação é analisada por Lapa e Cabral (1979) que interpretam que essa era uma realidade da ditadura, principalmente em razão dos locais clandestinos de tortura e prisão, já que muitas vezes o preso era transportado de um lugar para outro sem que ninguém realmente soubesse onde ele estava.

Entre as edições do dia 31 de março a 12 de maio de 1984 o caso dos rapazes aparece com menos frequência na primeira página dos jornais. Mesmo assim, o semanário não deixa de relembrar o ocorrido, e o modelo adotado já há algumas semanas pelo *A Semana* é mantido, na tentativa de manifestar e gerar descontentamento. É possível perceber que tal intenção surte efeitos quando na edição do dia 14 de abril de 1984, sob o título “Sugestão/Desaparecidos”, é veiculada uma frase sugerida por um leitor para ser utilizada na busca por respostas quanto ao

caso: ‘Estou enviando sugestão para o próximo Quadro dos Desaparecidos: “Longe da Cruz, eu confio mais em um revólver, apóio o opressor com medo de perder privilégios, perco a identidade, não tenho mais irmãos...” de Neimar de Barros.’ (CORRÊA, 1984, p.6)

Como informado, Jorge, um dos rapazes desaparecidos da Delegacia de Divinópolis, havia sido encontrado assassinado. Percebe-se, porém, que mesmo já sendo noticiado o assassinato, a imagem do rapaz é mantida juntamente com as fotos de Gilberto e Adilson, que continuavam desaparecidos. Certamente, isso ocorreu devido à necessidade de se investigar não só sobre quem seriam os responsáveis pelo sumiço dos rapazes, mas também a autoria do crime que levou um deles a morte. Entretanto, a partir da edição de 29 de junho de 1984, o jornal deixa de apresentar a foto de Jorge, e o “Quadro dos desaparecidos” – fotografias e frases de efeito envoltos por uma margem retangular – passa a apresentar apenas os rostos de Adilson e Gilberto (OS DESAPARECIDOS, 1984, capa).

Observa-se, a partir daí que se diminui a frequência com que o *A Semana* veicula o “Quadro dos Desaparecidos” ou informações sobre o caso dos desaparecimentos – essa diminuição já havia ocorrido antes, porém, apenas para publicações na primeira página do jornal, dessa vez, ela se fez no semanário como um todo. Merecem destaques, porém, as edições de 12 de outubro de 1984 e de 06 de julho de 1985. A primeira faz uma crítica a Carlos Fulgêncio que estava deixando o cargo de Secretário de Segurança sem dar satisfações sobre o paradeiro dos jovens desaparecidos em Divinópolis. Além disso, o jornal passa a cobrar, mesmo que nas entrelinhas, o comprometimento do novo secretário Bias Fortes: “Vejam se poderemos confiar mais no novo Secretário Bias Fortes e se sua equipe cumpre o que trata” (OS DESAPARECIDOS, 1984, p. 8).

Quanto à versão já citada de 1985, destaca-se por ser a última – do período analisado (1982 a 1985) - em que se pode verificar notificação do caso dos rapazes divinopolitanos. Nela, o modelo “Quadro dos desaparecidos” não se altera. Porém, a frase que aparece ao lado da fotografia de Adilson e Gilberto é a do então prefeito de Divinópolis, Aristide Salgado dos Santos, que mostra ser favorável às investigações do caso e diz dar apoio a CDH da Câmara de Vereadores da cidade. (OS DESAPARECIDOS, 1985, p.2)

É interessante ressaltar que a escassez de publicações sobre o caso dos divinopolitanos desaparecidos, observada a partir da metade de 1984, coincide com um momento de transformações políticas. É visível a atmosfera de esperança que inunda as publicações do *A*

*Semana* no contexto de redemocratização<sup>8</sup>. Além disso, passaram a ser frequentes publicações de outras pautas ainda ligadas aos Direitos Humanos, como a cobrança pela reforma do presídio de Divinópolis<sup>9</sup> ou denúncias diversas sobre violência policial<sup>10</sup>. Isso leva a crer que esses fatos influenciaram na já comentada diminuição de notícias a respeito do desaparecimento aqui estudado, seja por ter se iniciado um período de abertura política, que não justificasse as cobranças antes realizadas, – o que não se sustenta fortemente por haver outras denúncias de atentado contra os Direitos Humanos – seja pelo surgimento de pautas mais urgentes naquele momento. Entretanto, essas são apenas suposições que não se objetiva aprofundar neste trabalho e carece de investigações futuras.

### **“Cadê os desaparecidos, hein?”: a ação resistente do jornal *A Semana***

Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira, uma das principais, e talvez a mais notável, formas de resistência se deu pela luta armada. Esta, segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), se intensificou a partir de 1969 e era responsável por diversas ações como expropriações, - que financiavam os grupos envolvidos - resgate de presos políticos, assaltos a depósitos de armamentos e sequestros. Entretanto, sabe-se que nem toda oposição ao governo ditatorial se fez com o uso das armas. Portanto, para que se possa melhor entender esse fato, vale destacar a definição de resistência proposto por Heloisa Maria Murgel Starling et al. (2014, p. 342):

O conceito de resistência aponta para a adoção de formas de defesa e de ação orientada por uma ideia central: um governo ditatorial, para funcionar, depende da colaboração ou pelo menos do consentimento – e da obediência – de boa parte da sociedade. Uma atuação no campo da resistência política tem como objetivo mobilizar a sociedade (ou mobilizar grupos dentro dela), de maneira concertada, em torno de três pontos principais: a defesa e o exercício dos direitos; o enfrentamento da violência e do poder arbitrário; a retirada do consentimento ao governo ditatorial.

Através desse conceito, pode-se, portanto, entender como *resistentes* também as ações de diversos grupos civis, como advogados, defensores dos Direitos Humanos, artistas no geral, sindicalistas, parlamentares, religiosos, familiares de vítimas, jornalistas, dentre outros, que mobilizaram esforços – sem o uso de armas - para disseminar informações e ideias, gerar conscientização e cobrar pelo fim das arbitrariedades, pelo respeito aos Direitos Humanos e trabalhistas, e por respostas sobre torturados, mortos e desaparecidos. Isso se fazia por meio de

---

<sup>8</sup> Um exemplo é o editorial que é publicado pelo semanário em 07 de setembro de 1985 sob o título de “Feliz Aniversário Liberdade”. (FELIZ..., 1985, p.5)

<sup>9</sup> Pode-se citar a matéria “Reforma da cadeia, um caso de polícia.” (REFORMA...,1985, capa).

<sup>10</sup> Nesse caso, chama atenção a manchete “Vítima de violência policial procura Direitos Humanos”. (VÍTIMA..., 1985, capa)

ações que iam desde a ida de delegacia em delegacia em busca de presos políticos, perpassando letras de canções e peças de teatro com críticas subentendidas, até a clara divulgação e oposição aos casos de violências e censuras aplicadas pelo Estado. É a essa resistência “não armada” que estão relacionadas as ações do jornal divinopolitano *A Semana*.

Como já dito anteriormente, o semanário foi insistente ao cobrar das autoridades respostas quanto ao desaparecimento de três jovens que estavam detidos na delegacia de Divinópolis. Durante os anos analisados (1982 a 1985) o *A Semana* mesmo que não apresentasse novas informações, não deixava de lembrar o caso dos rapazes, fosse por meio do “Quadro dos Desaparecidos” ou por frases curtas como “Cadê os desaparecidos, hein?” (CADÊ..., 1984, capa). Entende-se aqui que, tal insistência ocorrida mais intensamente no ano de 1983, foi uma forma de manter as autoridades alertas para a inconformidade não só do jornal, mas de toda a população quanto à violência policial e o desrespeito aos Direitos Humanos. As constantes notificações quanto ao caso, em um trabalho quase que investigativo, mostrava que a impunidade já não seria mais aceita.

Apesar de o caso ter ocorrido em 1982 e as cobranças constantes do *A Semana* ter se iniciado em 1983, momento considerado de afrouxamento das políticas ditatoriais, de acordo com Alves (1984), a abertura política se deu de forma controlada e as medidas tomadas nesse período mais tinha a função de desarticular a oposição e dar uma nova imagem aos membros do governo do que de promover o fim do regime militar. Incluso nisso estavam a Lei de Anistia (1979) e a Lei de Reforma Partidária (1979). Dessa forma, apesar do clima de reabertura, a ditadura persistiria por mais alguns anos. A Lei de Anistia dava perdão aos presos políticos, não ligados à luta armada, e aos torturadores que agiram anteriormente a promulgação da lei, mas não impedia que novas prisões e novos episódios de tortura e violência policial ocorressem. Até porque as forças policiais, ainda influenciadas pelas medidas e pelo aval do Estado, pareciam se sentir livres para agir e aplicavam a violência até mesmo por questões pessoais<sup>11</sup>.

Por isso, o ato de cobrar investigações, como o realizado pelo *A Semana*, sobre situações de maus tratos pode se configurar como resistência não só porque enfrentava a violência e cobrava o respeito aos direitos humanos, mas também porque buscava impedir que casos semelhantes voltassem a acontecer, mediante possibilidade de punições dos responsáveis.

Para além disso,

---

<sup>11</sup> É o caso do mecânico Jorge que foi, segundo ele, torturado em Divinópolis, por um sargento e um policial por não conseguir quitar uma dívida que havia contraído com esse mesmo sargento (MECANICO..., 1984, capa).

É fundamental que se diga que a recuperação da memória de tempos de recrudescimento da dominação possibilita a emergência de estratégias diversificadas de resistência, recurso básico para um país que a todo momento precisa estar alerta na luta pela democratização plena e pelo alcance de sua dignidade que, por sua vez, só pode ser atingida em padrões ampliados de justiça social para o seu povo. A possibilidade de acesso à informação certamente tem um papel central em todo esse processo (AQUINO, 1999, p. 257).

Nesse sentido, o *A Semana* também se mostrou efetivo. Isso porque, para a população do período aqui tratado, o jornal não apenas levou informação sobre o desaparecimento de Gilberto, Jorge e Adilson, como também despertou o olhar para os Direitos Humanos, o que, como expressa o fragmento acima, dava espaço para o surgimento de discordâncias, por parte da sociedade, frente aos casos de maus tratos, além de trazer (re)conhecimento dos próprios direitos<sup>12</sup>. Além disso, o semanário deixava explícito, através das publicações sobre os rapazes desaparecidos – e de outras notícias,<sup>13</sup> - seu desejo e luta por democracia, bem como marcou a história e memória da cidade de Divinópolis, apresentando recursos para a luta democrática naquele período, mas que podem ser consultados e utilizados até os dias atuais.

A ênfase com que o jornal tratou o desaparecimento dos rapazes e a forma como divulgaram o caso – uso de frases de efeito, reflexões bíblicas, comparações com situações semelhantes já solucionadas em outros estados e países, etc. – acabou por, além de informar, mobilizar a população em torno do ocorrido, o que pode ser observado em momentos em que o semanário abriu espaço para a opinião de leitores sobre o caso, como no já citado texto intitulado “Sugestão/desaparecidos” e como na edição do dia 18 de fevereiro de 1984. Nela, na primeira página, sob o título “Uma palavra livre muito especial”, um (a) leitor (a), que prefere não se identificar, expressa sua posição contrária “aos abusos que tão frequentemente ocorrem” e parabeniza o jornal pela insistência quanto ao caso dos rapazes. É interessante perceber o cunho religioso que a mensagem traz: “Penso que a vida e obra de D. Bosco deveria ser impressa e distribuída gratuitamente com educadores, policiais, pais de família, etc.” (UMA PALAVRA...,

---

<sup>12</sup> Além do caso dos rapazes, nos jornais publicados durante o período analisado percebe-se diversas outras denúncias de violência cometidas pela polícia. Observa-se também charges criticando os maus tratos, séries voltadas para a educação em Direitos Humanos e editoriais sobre o mesmo tema. Ver *A SEMANA*, 12 de outubro de 1984 (TEJE PRESO..., 1984, p.9) e o editorial “Brasil contra tortura” (BRASIL..., 1985, p.3).

<sup>13</sup> Quanto a isso veja, a posição a favor da democracia expressa pelo jornal quando noticia um atentado que sofreu em 1985. Na data do ataque o país já tinha como presidente José Sarney e já não estava em período ditatorial. Entretanto, em uma democracia a tão pouco (re)inaugurada e com necessidade de consolidação, posicionamentos democráticos como o apresentado pelo semanário se faziam (e se fazem) de grande importância (JORNAL..., 1985, capa).

1984, capa). Isso mostra a influência religiosa nos valores e pensamentos dos divinopolitanos, bem como o sucesso das estratégias do *A Semana* em atingir e mobilizar o público.

Aproveitando, certamente, o afrouxamento da censura no momento de abertura política, o jornal não só se fazia resistente como conseguia demonstrar a resistência de setores da sociedade. Afinal, além dos apoios explícitos enviados ao jornal por leitores, é possível perceber um apoio implícito, uma vez que, por tanto tempo e com tamanha frequência o caso dos desaparecidos se manteve nas páginas do semanário, certamente por haver concordância dos leitores. Caso contrário, a ação do *A Semana* não teria se sustentado.

Cabe ainda lembrar que, assim como afirma Corgozinho, Pires e Catão (2015, p.270), “a imprensa escrita, além de registrar acontecimentos cotidianos, possui desde os primórdios até a atualidade a capacidade de influenciar os próprios acontecimentos em curso, potencializando-os ou até mesmo neutralizando-os”. Dentro disso, percebe-se que o *A Semana* contribuiu com a luta pelos direitos humanos, e pelo fim do regime militar visto que buscou compor o crescente grupo de resistência aos maus tratos e às decisões arbitrárias. Resistência essa que, como expressa Alves (1984, p. 217), passou a contar mais firmemente com a imprensa após o fim da censura prévia em 1978, pois, a partir daí, tal imprensa pôde assumir “importante papel na ampliação do tímido processo de liberalização.” Além disso, o jornal foi capaz de formar opinião e, certamente, influenciar regiões vizinhas, devido à importância da cidade de Divinópolis já naquele momento.

Por fim, vale destacar a exposição que a Arquidiocese de São Paulo (1985, p. 260) faz quanto aos casos de desaparecimentos:

A condição de desaparecido corresponde ao estágio maior do grau de repressão política em um dado país. Isso porque impede, desde logo, a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da Liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana (...).

Assim, o semanário *A Semana* não só se opôs à impunidade em torno dos desaparecimentos como também mostrou importância na desconstrução de uma imagem de “país e governo perfeitos” que o regime militar vinha tentando construir com base na censura e repressão.

### **Considerações finais**

A partir da análise de uma série de edições entre 1982 e 1985 do jornal *A Semana* e da realização de revisões bibliográficas, defende-se que a postura do semanário aqui estudado foi uma forma de resistência às violações dos Direitos Humanos e ao regime militar. Isso se deu

através da cobrança insistente, que partiu do jornal, por respostas das autoridades quanto ao paradeiro de três rapazes que desapareceram da delegacia de Divinópolis (MG) em 1982.

Apesar de a posição do semanário a favor dos Direitos Humanos ter sido analisada entre 1983 e 1985, momento em que a censura e retaliações por parte do Estado já não se faziam tão presentes, o *A Semana* se mostrou parte da resistência, sobretudo porque os meios de comunicação em massa, no período ditatorial (1964/1985), tinham como importância levar a “informação aos cidadãos sobre os fatos e acontecimentos que apresentavam relevância e, muitas vezes, interferência significativa na sua vida cotidiana, mas que eram distanciados social e geograficamente do ambiente desta mesma vivência” (FONSECA et al, 2017, p. 226). Por esta razão, denunciar, publicamente, atos do governo em tal período significava levar este conhecimento à população que, muitas vezes, ficavam à margem de tais assuntos devido à censura. Ademais, o *A Semana* não se limitou a fazer apenas esta cobrança, mas também denunciar outros abusos policiais, corrupção e situação carcerária crítica. Tais abusos denunciados não se referiam apenas ao território divinopolitano. Por vezes, o jornal explicitou casos de violência ocorridos em várias cidades próximas à Divinópolis<sup>14</sup>, apresentando aos leitores um espaço mais amplo em que se desenhavam os desrespeitos aos Direitos Humanos e os excessos da Ditadura Militar e de seus desdobramentos.<sup>15</sup>

Diante disso, com base no caso dos jovens desaparecidos ou através das demais denúncias que veiculava, o *A Semana* não só levava informações sobre os fatos, como também alertava às autoridades sobre a inconformidade com as situações de violência policial e com o cenário político da época. Além disso, o jornal se esforçava para despertar a atenção da sociedade sobre os direitos que possuíam, impedindo, assim, que a desinformação deixasse espaços para desrespeito aos Direitos Humanos. Dessa forma, o semanário compunha o grupo dos que lutavam pela democracia e ainda buscava mobilizar a população para ingresso nessa mesma luta.

Por fim, vale ressaltar que o caso de desaparecimento aqui estudado, por ter ocorrido no interior de Minas Gerais, na cidade de Divinópolis, demonstra o alcance e disseminação das ações violentas cometidas pelo Estado durante a Ditadura Civil-Militar. Ou seja, a repressão não se limitou aos grandes centros nem se configurou como um aspecto pontual do regime. Do mesmo

---

<sup>14</sup> Sob a manchete “Abertura de IPM para apurar denúncia” o *A Semana* denunciou violência sofrida por um casal em Bom Despacho. (ABERTURA..., 1984, capa)

<sup>15</sup> Cabe lembrar que o *A Semana*, em 1983, já contava com 40 anos de existência. Ademais, o jornal teve origem em Divinópolis, cidade importante do centro-oeste mineiro, capaz de influenciar as regiões vizinhas, o que permite entender o alcance e a importância do jornal analisado.

modo, ao observar as medidas tomadas pelo jornal local *A Semana* em busca de resposta sobre o desaparecimento, permite entender que variadas formas de resistência e oposição se faziam presentes, deixando explícito o amplo esgotamento do regime no momento de abertura política.

### Referências bibliográficas

- ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: AMADO, J.; SILVA, M. A. (Org.). **República em migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco zero/CNPq, 1990, p. 7-15.
- AQUINO, M. A.. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, E. et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAUER, C. S. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e política de memória**. 2. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.
- CORGOZINHO, Batistina Maria de Souza; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena. Jornais editados em Divinópolis durante a primeira metade do séc. XX. In: CATÃO, L. P.; PIRES, J. R. F.; CORGOZINHO, B. M. S. (Org.). **Divinópolis: História e Memória – Política e Sociedade**. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. v.2. p. 267-316.
- CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.
- FONSECA, Claudia Graça da. et al. Censura aos meios de comunicação de massa de Belo Horizonte, aos espetáculos artísticos e culturais e aos intérpretes. In: MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório**. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 4. p.223-306 Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com\\_simplefilemanager/uploads/5b7b1873e9adc5.74798532/Comisso%20da%20Verdade%20em%20Minas%20Gerais\\_Relatrio%20Final\\_2017.compressed.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/5b7b1873e9adc5.74798532/Comisso%20da%20Verdade%20em%20Minas%20Gerais_Relatrio%20Final_2017.compressed.pdf)> Acesso em: 26 set. 2020, 09:35:45.
- GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 a Constituição de 1988**. 2001. 428p. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2001. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280688>>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- LAPA, R; CABRAL R. **Desaparecidos políticos: Prisões, sequestros, assassinatos**. Rio de Janeiro: Edições Opção. Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. In: GONÇALVES, J. (org.). **História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia**. Itajaí: Casa Aberta, 2016, p. 59-99.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]**: Relatório. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 1. Disponível em: <[http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com\\_simplefilemanager/uploads/5b7b1873e9adc5.74798532/Comisso%20da%20Verdade%20em%20Minas%20Gerais\\_Relatorio%20Final\\_2017.compressed.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/5b7b1873e9adc5.74798532/Comisso%20da%20Verdade%20em%20Minas%20Gerais_Relatorio%20Final_2017.compressed.pdf)> Acesso em: 19 out. 2020, 15:51:00.

PEREIRA, Leonardo Lucas; DUARTE, Erivelta Diniz; OLIVEIRA, Anderson Cardoso de. Sinos e Sirenes se beijaram: ideologias de franciscanos em Divinópolis nos jornais Santuários Santo Antônio, Sino e a Semana. In: CATÃO, L. P.; PIRES, J. R. F.; CORGOZINHO, B. M. S. (Org.). **Divinópolis: História e Memória – Origens e Religião**. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. v. 1. p. 397 – 454.

REIS, D. A. Ditadura, anistia e reconciliação. [on line] **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, 2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100008&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 01 nov. 2020. 13:12:26.

ROSA, Amílcar Alexandre Oliveira da. Imprensa e sociedade em transição. In.: ANGELI, D. S.; VARGAS, J. M. (orgs.). **Contribuições recentes sobre História e Política: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política, Anpuh-RS [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 19-35. Disponível em: <[https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206\\_4c62d78867184557895dc66ec7d801c6.pdf](https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_4c62d78867184557895dc66ec7d801c6.pdf)> Acesso em: 04 nov. 2020, 10:32:56.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org) **Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regimes militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.4. p. 243-282.

SOUSA, Cristiellen; COSTA, Laryssa; LOPES, Maria Luiza. O jornalismo pelo olhar de Maria Cândida. **Vertentes**, Divinópolis, Minas Gerais, 15 out. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/portalvertentes/o-jornalismo-pelo-olhar-de-maria-c%C3%A2ndida-b5bec3c3c6a059>>. Acesso em: 11 jan. 2021, 14:30:38.

SOUZA, Renato João de. Repercussões do golpe Civil Militar de 1964 em Divinópolis. In: CATÃO, L. P.; PIRES, J. R. F.; CORGOZINHO, B. M. S; (Org.). **Divinópolis: história e memória – Política e Sociedade**. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. v.2. p. 115-316.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *et al.* A resistência da sociedade civil às graves violações de Direitos Humanos. In: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade - Relatório: textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014. v. 2. p. 341-414.

## Fontes

### Arquivo Público Municipal de Divinópolis (MG)

CADÊ os desaparecidos, hein? **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 03 ago. 1984.

CORRÊA, L. Sugestão/Desaparecidos. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, p. 6, 14 abr. 1984.

JORNAL “A Semana” sofre atentado. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 18 maio 1985.

MECÂNICO diz que apanhou da polícia. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 12 maio 1984.

OS DESAPARECIDOS: começam as apurações. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 11 fev. 1984.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 11 fev. 1984.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 29 jun. 1984.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, p. 8, 12 out. 1984.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, p. 2, 6 jul. 1985.

QUEM dá notícia destes três desaparecidos? **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 20 ago. 1983.

TEJE PRESO: o que fazer? **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, p. 9, 12 out. 1984.

UMA PALAVRA livre muito especial. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 18 fev. 1985.

### **Centro de Memória Profª Batistina Corgozinho (CEMUD)**

ABERTURA de IPM para apurar denúncia. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 14 jan. 1984.

BRASIL contra a tortura. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, 11 dez. 1985. Editorial, p. 3.

CUIDADO: se o crime compensa, amanhã o esmagado ou o esmagador (qual o pior?) pode ser você, ou seu filho, ou seu irmão! **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 17 dez. 1983.

DESAPARECIDOS: Paralisadas as investigações. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 29 out. 1983.

FELIZ aniversário, liberdade! **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, 7 set. 1985. Editorial, p. 5.

OS DESAPARECIDOS: Estaca Zero. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 5 nov. 1983.

OS DESAPARECIDOS. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 04 fev. 1984.

OS DESAPARECIDOS: Apurações podem começar. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 04 fev. 1984.

REFORMA da cadeia, um caso de polícia. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 09 mar. 1985.

SEM TÍTULO. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 24 dez. 1983.

VÍTIMA de violência policial procura Direitos Humanos. **Jornal A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 20 jul. 1985.